

APMP participa de Assembleia Extraordinária em Pernambuco

Os presidentes de Associações do Ministério Público do Nordeste participam nesta sexta-feira (25), de Assembleia Geral Extraordinária convocada pela Associação do Ministério Público de Pernambuco (AMPPE), que acontece a partir das 9h, em Recife.

Os presidentes de Associações realizam uma reunião na sede da AMPPE, a partir das 14h do mesmo dia, quando farão uma discussão com base nos dois projetos de Resolução emitidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público, que tratam de iniciativas que garantam a segurança dos membros do MP brasileiro.

Segundo o presidente da AMPPE, Promotor de Justiça José Vladimir da Silva Acioli, o principal objetivo da reunião é elaborar uma proposta com a posição da região Nordeste com base nas duas resoluções emitidas pelo CNMP. O Promotor explicou ainda que a reunião também levará em conta as sugestões dos Promotores que serão discutidas pela manhã, durante a Assembleia, o que também deverá nortear o documento.

No último dia 14, o promotor de Justiça do MP de Pernambuco Thiago Faria foi assassinado a tiros, no agreste pernambucano.

Presidente do CNMP apresenta propostas de resolução sobre segurança de membros

O presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Rodrigo Janot, apresentou na sessão desta semana duas propostas de resolução tratando da segurança institucional de membros do Ministério Público. A primeira institui o sistema de proteção pessoal de membros, servidores e de seus familiares diante de situação de risco decorrente do exercício da função. A segunda proposta institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público (SINASIMP).

O texto, da primeira proposta, estabelece que as unidades do Ministério Público, ao saber de fato ou notícia que implique risco ou ameaça à integridade física de membro, de servidor ou de seus familiares, em razão do exercício funcional, adotem, por meio do seu órgão de segurança institucional, todas as medidas protetivas que o caso requeira.

Já a segunda, traz a definição de segurança institucional, que compreende atividades voltadas para prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda da instituição e de seus integrantes, inclusive no que tange



MEDIDAS PROTETIVAS

Rodrigo Janot apresentou propostas tratando da segurança institucional de membros do Ministério Público

à sua imagem e reputação. O texto define diretrizes para atuação na segurança de recursos humanos, materiais, de áreas e de instalações e da informação.

O projeto também cria, na estrutura do CNMP, Comitê Central de Segurança Institucional (CCSI) e o Departamento de Segurança Institu-

cional do Ministério Público (DSIMP), vinculados à Presidência. O comitê é órgão consultivo e propositivo em questões estratégicas de segurança, que deverá, inclusive, promover a articulação com os Ministérios Públicos da União e dos Estados para ações na área. Já o departamento será órgão executivo.

PROMOTORIAS ESPECIALIZADAS

Sede da Capital será recuperada

O Ministério Público da Paraíba vai iniciar, em novembro, a recuperação do prédio da sede das Promotorias de Justiça Especializadas de João Pessoa (antigo 1º Caop), localizada na Rua Rodrigues Chaves, 65, no centro. As obras fazem parte das ações implementadas pela administração superior do MPPB com objetivo de garantir melhor estrutura de trabalho aos integrantes da instituição e melhor atendimento ao cidadão.

Por causa das obras, as Promotorias que funcionam na sede estão sendo realocadas para outros ambientes da instituição. As Promotorias do Consumidor e do Patrimônio Público vão funcionar na antiga sede do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), localizada na Rua Walfredo Leal, 353, onde também funciona a Fundação Escola Superior do Ministério Público.

A Promotória da Educação e o Centro de Apoio Operacional da Educação passarão a funcionar na sede do Memorial do MPPB, que fica na Rua Alice Azevedo, 247, no centro da Capital. Já as Promotorias do Cidadão e da Criança e do Adolescente funcionarão na sede da Promotória de Mangabeira, na avenida Hilton Souto Maior. As mudanças devem ser realizadas até a próxima semana.



Por causa das obras, as Promotorias que funcionam na sede estão sendo realocadas

Obras

De acordo com o setor de Engenharia e Arquitetura, a obra deve durar quatro meses. Será realizada a recuperação do edifício, com retirada das infiltrações. A sede também ganhará uma nova cobertura e haverá um reordenamento dos setores com a implantação de ambientes para os assessores dos promotores de Justiça e estagiários.

GARANTINDO A PARIDADE

Subsídio dos aposentados é pago no mesmo dia dos membros da ativa

Após determinação judicial, a folha de pagamento dos membros inativos (procuradores e promotores de Justiça) do MPPB foi paga no mesmo dia em que os membros ativos da instituição recebem seus subsídios, garantindo a paridade. A Associação Paraibana do Ministério Público (APMP) se reuniu no mês passado com o procurador-geral de Justiça, Bertrand Asfora e representantes do Governo para viabilizar o cumprimento

da decisão.

Enquanto os membros da ativa recebem o pagamento diretamente do Ministério Público da Paraíba (MPPB), os aposentados recebem através da Paraíba Previdência (PBprev), entretanto, os aposentados recebiam seu pagamento com um atraso de seis dias com relação aos promotores e procuradores em atividade.